

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

**DETENTORA: AURORA E - COMERCE LTDA** 

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 6839/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão eletrônico Nº 192/2022

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, as partes, de um lado o MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia - SP, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 67.995.027/0001-32, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal, Sra. Ieda Manzano de Oliveira, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 28.802.604-4, devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 276.492.178-09, e, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Remanso Campineiro, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 13.843.145/0001-04, neste ato, representado pelo(a) Secretário Municipal de Saúde, Sr. Dênis André José Crupe, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº 22.708.026-9, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (C.P.F./M.F.) sob nº 152.716.808-51, doravante denominados CONTRATANTES, e, de outro lado, a empresa AURORA E - COMERCE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua João Planincheck, nº 229 Bairro Nova Brasilia, no Município de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda -(CNPJ/MF) sob o nº 44.545.120/0001-40, com Inscrição Estadual registrada sob nº 261456830, neste ato representado por sua proprietária Sra Francisca Coelho, brasileira, solteira, empresária, portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº 37224151 SSP-SC, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - (CPF/MF) sob nº 051.379.798-05, doravante denominada DETENTORA, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO, conforme decisão exarada no Processo Administrativo protocolado sob nº 6839/2022.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ATA o Registro de Preços para a aquisição de pneus para veículos leves e pesados, nos termos das especificações contidas no ANEXO I – Memorial Descritivo", que passa a fazer parte integrante da presente Ata de Registro der Preços, como se aqui transcritas fossem.



## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

**2.1.** O valor total da presente **Ata de Registro de Preços** é de R\$ 71.483,48 (setenta e um mil quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos) conforme quadro abaixo:

Item	Cod. Cecam	Qtd.	Especificações	Valor Un.	Valor Total
5	04.002.2695	8	Pneu 205/60R15	320,00	2.560,00
6	04.002.2696	32	Pneu 215/75R17.5 16 lonas	509,99	16.319,68
9	04.002.2674	4	Pneu 185/70R14	310,99	1.243,96
11	04.002.2676	8	Pneu 205/70R15	385,00	3.080,00
13	04.002.2689	4	Pneu 185/60R15	268,00	1.072,00
15	04.002.2701	4	Pneu 225/75R16	579,99	2.319,96
16	04.002.2702	6	Pneu 900/R20 R250 Radial	2.180,00	13.080,00
17	04.002.2703	4	Pneu 185/R14/102X100	350,99	1.403,96
18	04.002.2704	4	Pneu 235/75R15	560,00	2.240,00
19	04.002.2705	4	Pneu 120/80-18	230,00	920,00
20	04.002.2706	4	Pneu 7.00x16	495,00	1.980,00
21	04.002.2707	4	Pneu 185 R14 Cargo	341,99	1.367,96
26	04.002.2712	4	Pneu 14,00x24 12 lonas	2.300,00	9.200,00
28	04.002.2714	4	Pneu 18,4x30	3.400,00	13.600,00
32	04.002.2723	4	Pneu 195/65R15	273,99	1.095,96

**2.2.** Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), bem como o valor do frete até o local da entrega e demais custos diretos e indiretos pertinentes ao objeto contratual.

# CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1.** No exercício de 2023, as despesas correrão por conta das seguintes fichas orçamentárias:

DOTAÇÕES SERV. DE TERCEIROS PJ	SECRETARIA
02.05.01.04.122.0216.2020.3.3.90.30	ADMINISTRAÇÃO
02.09.01.15.452.0220.2046.3.3.90.30	SERVIÇOS URBANOS



02.13.01.12.122.0209.2074.3.3.90.30	EDUCAÇÃO
02.15.01.10.122.0212.2104.3.3.90.30	SAÚDE

**3.2.** No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo Orçamento-Programa.

## CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

**4.1.** Não haverá reajuste de preço na vigência da ata de registro de preço, por força da legislação vigente.

# CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- **5.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência por 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura, sendo vedada a sua prorrogação.
- **5.2.** A Administração não estará obrigada a utilizar a **Ata de Registro de Preços**, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA**.

#### CLÁUSULA SEXTA- DOS PAGAMENTOS

- **6.1** A detentora, quando do cumprimento às Ordens de Fornecimento, emitirá as respectivas notas fiscais/faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.
- **6.2.** Após a efetiva entrega e conferência dos itens, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o ateste na (s) nota (s) fiscal (is), encaminhando-as para pagamento.
- **6.3.** Os pagamentos deverão ser efetuados em 10 (dez) dias, fora a dezena, da data do ateste das notas fiscais/faturas.
- 6.4. As notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, sob o número de CNPJ 67.995.027/0001-32, exceto quando a secretaria requisitante for a SAÚDE, sendo que neste caso, as notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, sob o número de CNPJ



13.843.145/0001-04.

6.5. Por força da Instrução Normativa RFB nº 2043/2021, para fins Tributários, os valores para recolhimento

previdenciário (INSS) devem estar discriminados na Nota Fiscal;

6.5.1. Os valores devem ser discriminados em observância ao disposto na Instrução Normativa RFB 971/2009,

em especial o disposto nos arts. 121 a 123.

6.6. Considerando decisão proferida pelo STF - RE 1.293.453 em 11/10/2021 e por força do Decreto Municipal

4.947/2021 que trata das regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, ao efetuar os

pagamentos a CONTRATANTE procederá à retenção do imposto de renda (IR).

6.6.1. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação de serviços

contratados ou fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos

cofres municipais, nos termos do inciso I do art. 158 da Constituição Federal de 1988;

6.6.2. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados

por conta de fornecimento de bens ou prestação de serviços, para entrega futura;

6.6.3. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou serviços e mercadorias

elencados no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

6.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a DETENTORA não tenha concorrido de alguma

forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso,

apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por

cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

**EM** = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:



365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

 $\mathbf{VP} = \mathbf{Valor}$  da Parcela em atraso

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

**7.1.** As obrigações decorrentes do registro de preços, a serem firmadas entre o **MUNICÍPIO** e a **DETENTORA** serão formalizadas através de contrato ou instrumentos equivalentes, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

**7.2.** Na hipótese da **DETENTORA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato ou instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**7.3.** Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o **MUNICÍPIO** poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização da execução contratual compatíveis com o solicitado pelo **MUNICÍPIO**, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

**8.1.** A (s) empresa (s) detentora (s) deverá (ão):

**8.2.** Efetuar as entregas dos itens, em estrita observância das especificações do memorial descritivo e seus anexos, bem como da proposta;

**8.3.** Apresentar nota fiscal/fatura de acordo com a Nota de Empenho;

8.4. Promover a correção da nota fiscal/fatura que não for aprovada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;

8.5. Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes, carga e descarga dos produtos até o local de entrega;

8.6. Indicar preposto com poderes para representá-la perante a Municipalidade em tudo que se relacionar com o

fornecimento dos itens;

8.7. Manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços e contratos derivados, as condições de

habilitação e qualificação exigidas para a participação na licitação;

8.8. Comunicar, por escrito, quando da ocorrência de anormalidades, tais como: interdição, suspensão,

descontinuação de qualquer item ofertado, propondo, quando for o caso, sua substituição por outro produto da

mesma marca, mantidas todas as condições avençadas, mediante aceite da Administração;

8.9. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do registro de preços;

**8.10.** Comunicar, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os

motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. O Município de Hortolândia, através da Secretaria de Adminsitração e Gestão de Pessoal, deverá:

9.2. Receber provisoriamente os itens, disponibilizando local, data e horário;

9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as

especificações constantes do memorial descritivo e seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e

recebimento definitivos;

9.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da (s) detentora (s), através de servidor

especialmente designado;

**9.5.** Efetuar os pagamentos nos prazos previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORNECIMENTO

10.1. Após emissão das competentes notas de empenho em favor da (s) detentora (s), a Secretaria de

Administração e Gestão de Pessoal expedirá Ordem de Fornecimento, estabelecendo quanto à entrega parcial ou

total dos itens empenhados.



10.2. O prazo para efetivação da entrega dos produtos não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis, a contar

do recebimento do empenho.

10.3. Os Itens deverão ser entregues junto ao Almoxarifado Central, situado na Rua das Castanheiras, nº. 200,

galpão 36 - CELOG, São Bento, Hortolândia - SP, de segunda à sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30h e

das 13:30 às 15:00h, ou em qualquer local dentro do Município de Hortolândia, a ser determinado pela secretaria

requisitante.

10.4. Os produtos entregues deverão ser da mesma marca e fabricante ofertados na proposta comercial.

10.5. Os objetos serão recebidos:

10.5.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações

constantes do memorial descritivo e seus anexos e da proposta.

10.5.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações e sua consequente aceitação,

que se dará dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

10.5.3. Caso os produtos fornecidos não correspondam às especificações do memorial descritivo e seus anexos,

bem como a proposta apresentada, a detentora/proponente vencedora deverá promover sua substituição, dentro

do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação escrita da Administração, não gerando

qualquer ônus para a Municipalidade, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

10.5.4. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado,

reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante pela

qualidade e garantia do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A Prefeitura Municipal de Hortolândia reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o fornecimento,

nos temos do Memorial Descritivo - Anexo I.

11.2. A fiscalização exercida pela Administração não afasta, nem diminui as obrigações e responsabilidades da

DETENTORA desta Ata.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. São aplicáveis as sanções previstas no Decreto Municipal n.º 4.309/2019, de 28 de novembro de 2019.

12.2. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pela prática

de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

13.1. O Município de Hortolândia reserva-se no direito de rescindir de pleno direito a presente Ata de Registro

de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora,

direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

a)falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo

competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução;

b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição do contrato, por parte da DETENTORA;

c) a subcontratação ou cessão total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou do futuro contrato;

d) descumprimento, pela DETENTORA, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de

Hortolândia;

e) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

13.2. O Município de Hortolândia poderá, também, rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados

nas letras "a" a "e" do subitem anterior, por mútuo acordo.

13.3. Rescindido o futuro contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "e" do primeiro subitem

desta cláusula, a DETENTORA sujeitar-se-á a multa no percentual de 20% (vinte por cento) calculado sobre a

parte inadimplente, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão

avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização do Município de Hortolândia, os objetos já entregues, podendo o

Município de Hortolândia, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as

respectivas responsabilidades. Caso a DETENTORA seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para

transacionar com o Município de Hortolândia, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO TERMO CONTRATUAL

14.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão ser formalizadas através de termo

contratual, podendo ainda consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da

Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.



14.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas

descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

**14.3.** No caso previsto no subitem anterior, a critério da Administração, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida a ordem classificatória e as mesmas condições oferecidas pela **DETENTORA**,

inclusive quanto ao preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Hortolândia, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela

presente Ata e pelo futuro contrato, se houver, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que

possam ser.

Hortolândia, 17 de janeiro de 2023.

Ieda Manzano de Oliveira

Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

Dênis André José Crupe

Secretário Municipal de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

Francisca Coelho

AURORA E - COMERCE LTDA

**DETENTORA**